LÓGICA DAS CLASSES SOCIAIS

LUIZ SERGIO C. DE SAMPAIO

RIO - 28 DE MAIO DE 1987.

2.5.2. Perspectiva Sincrônica

A análise da problemática sócio-econômica, ou o que é o mesmo, da problemática conflitual das classes sociais, só pode encontrar sua significação mais profunda na medida em que consigamos restituir ao ser-econômico a plenitude de suas dimensões lógicas.

Qual a razão maior deste requerimento? O simples fato de que o ser-econômico enquanto tal emerge de uma visada redutora, especificamente objetivo-diferencial(D), do ser-subjetivo-social-em-sua-integralidade. O ser-econômico coloca-se, pois, ao lado do Político e do Cultural, as duas dimensões que vão completar a aludida visada objetiva do ser-social. Por isso, enfatizamos, é necessário uma prévia operação de re-suscitamento que o faça revelar-se por inteiro , a fim de que a problemática sócio - econômica venha emergir com todas as suas cores e dramaticidade.

É verdade que a Teoria Econômica acadêmica ao visar o ser econômico como Sistema($D/^2$), translada-o ao plano subjetivo e que a Economia Política(I/D), visando-o como História, também o faz, mas ambos ainda constituem visadas parciais. Por certo revelam-nos alguns importantes aspectos da problemática que ora nos ocupa, em especial a última, porém, não podem escamotear suas respecitvas parcialidades-fundamentalmente lógicas. Quanto podemos encontrar de significante em termos de problemática sócio-econômica, às vezes, em matérias jornalísticas, em romances, e hoje, amiúde, em obras manifestamente não ortodoxas de inspiração estruturalista ou freudiana?

É necessário globalizar tudo isso, e só o aludido re-suscitamento será capaz de fazê-lo.

O Econômico re-pensado lógico-subjetivamente, recordemos, desdobra-se em uma estrutura qüinqüitária na qual reconhecemos os cinco elementos fundamentais de toda economia moderna: a Iniciativa (Ato empreendedor), o Mercado consumidor, o Capital, o Trabalho Sistematizado e a Tecnologia (esta incluindo todas as atividades sociais que concorrem para a conservação e/ou elevação do nível de produtividade, não se podendo aí esquecer a mul

titude de atividades voltadas ao desenvolvimento de recursos humanos para a produção).

A Iniciativa, na proporção em que constitui o seu próprio fim ou utilidade (U), está governado pela lógica transcendental (I). A lógica da diferença (D) governa o Mercado, pois aí encontramos apenas uma mediação: transformação de moeda em utilidade (M→U).

Nas economias modernas do Ocidente, em realidade, a mediação se dá no sentido inverso (M←U), na medida em que as técnicas de "marketing" possibilitam que a oferta crie sua própria demanda. Nestas circunstâncias, devemos manter que a lógica da diferença governa o Mercado, mas que o seu conteúdo está aí invertido ou reprimido. O prazer deixa então de ser a fruição de uma certa utilidade da mercadoria para concentrar-se no simples ato de comprar.

O Capital significa, em princípio, a renúncia à imediata transformação de moeda em utilidade em nome de uma fruição postergada. A moeda é aplicada para se obter uma quantidade superior de moeda (juros, dividendos, etc) que posteriormente seria transformada em utilidade. Teríamos assim, num primeiro momento, a transformação de moeda em moeda (↺M), e num segundo momento, a transformação de moeda em utilidade (M→U).

Superpondo-se os dois momentos, ter-se-ia o esquema ↺M→U. Esta estrutura apresenta, pois, um momento de identidade e um momento de mediação, de sorte que temos aí caracterizada precisamente a lógica dialética I/D. Eis a razão profunda pela qual a análise do Capital em Marx, não pode se separar do comprometimento dialético. A lógica do Capital é, rigorozamente a dialética.

E foi ainda o próprio Marx que bem observou que nas economias capitalistas de seu tempo se dava uma inversão ou repressão da es

trutura lógica do Capital: ao invés de $\overset{\curvearrowleft}{M} \longrightarrow U$ se tinha em realidade $\overset{\curvearrowleft}{M} \longleftarrow U$. Isto quer dizer que lá, o Capital se autonomizava; a utilidade ou gozo, no fundo, estava transformada em renúncia ao próprio gozo; tratava-se verdadeiramente de aplicar moeda para tão apenas gerar e acumular mais moeda e assim indefinidamente. O Capital, fundamentalmente, exige seu retorno amplificado e nisso se consuma. Estava aí, para ele; a lógica do Capital.

Em que pese a perspicácia, de Marx, ainda ficava uma certa confusão. A lógica do Capital, invertido ou não, é sempre a dialética, mas a lógica de inversão não o é. O processo de repressão ou inversão é dialeticamente impensável; ele só pode ser des-velado pela lógica da diferença, a mesma lógica do Inconsciente.

Em suma, o Capital exige a dialética, mas a crítica do Capital exige uma lógica própria que não é a mesma do capital. É precisamente isto que começa a ser explicitado pela Escola de Frankfurt, bem como pelas correntes de pensamento econômico derivadas do estruturalismo.

O Trabalho. Seja por que ângulo for, chega-se a que o trabalho na modernidade é governado pela lógica da dupla diferença ou clássica $(D/^2)$.

O trabalho propriamente produtivo, o trabalho de fábrica, em especial nas linhas de montagem, é uma atividade essencialmente sistematizada, em que cada qual assume um papel bem definido numa estrutura intencionalmente (que veio de um projeto) fechada. Isto difere do trabalho agrícola e mesmo do trabalho artezanal das fases pré-modernas, onde havia uma mediação (trabalho para utilidade de $W \longrightarrow U$) mas não um fechamento. Onde vige o sistema, já sabemos, impera a lógica do fechamento, isto é, da dupla diferença. Sob outro ângulo verificamos que o trabalho moderno é um trabalho

duplamente mediado - a fortiori, duplamente alienado - em relação à utilidade ou fruição. Temos ali uma primeira mediação na passa-gem do trabalho à moeda ou salário ($W \rightarrow M$) e outra, desta última para a utilidade ou consumação ($M \rightarrow U$) que se irá realizar no mer-cado. Sinteticamente, teríamos pois para o trabalho moderno a es-trutura lógica $W \rightarrow M \rightarrow U$ onde fica uma vez mais explícita a dupla mediação ou a dupla diferença, característica fundamental da lógi-ca sistêmica ou clássica.

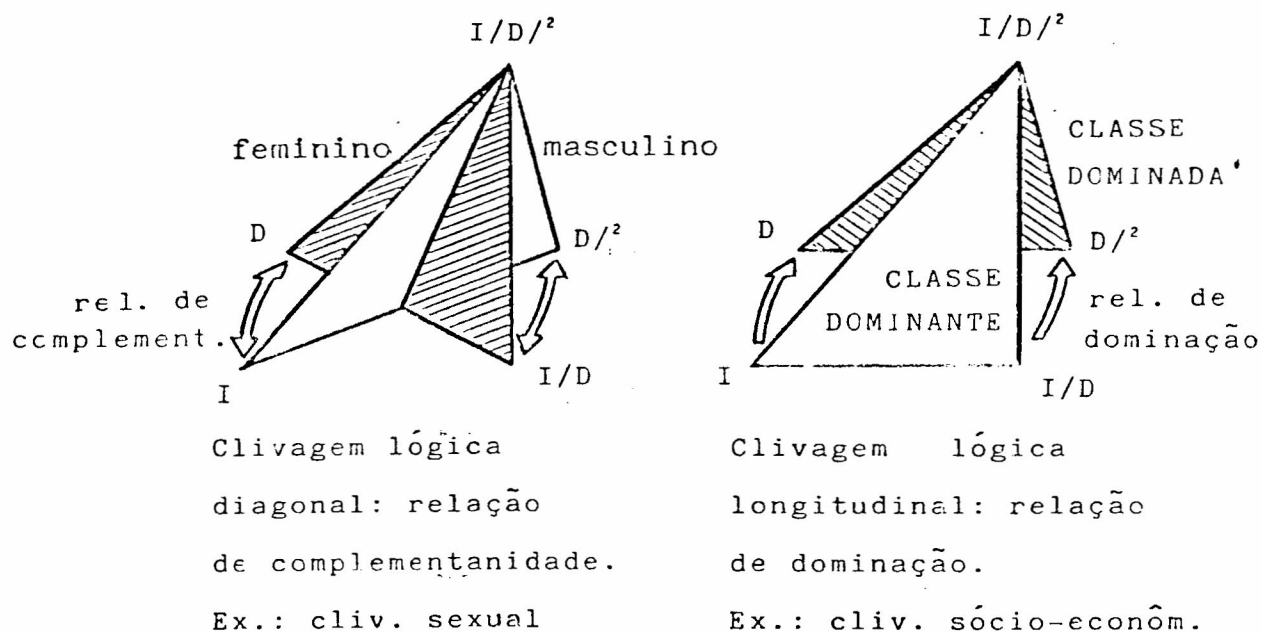
Por derradeiro, temos a Tecnologia ou Geração de Ganhos de Produ-tividade, no sentido amplo que lhe demos ao iniciarmos este item. A atividade tecnológica não é um trabalho enquanto tal, mas um trabalho sobre um trabalho, no sentido da preservação dos níveis de produtividade já alcançados e/ou de sua persistente ampliação. Nestas condições, a estrutura lógica do desenvolvimento tecnológi-co ficaria caracterizada pelo seguinte esquema: $\circlearrowleft W \rightarrow M \rightarrow U$. As próprias setas revelam um momento reflexo($\circlearrowleft W$) articulado à se-quência de dois momentos diferenciais ($W \rightarrow M$ e $M \rightarrow U$) o que não deixa dúvida quanto à assertiva de que a lógica da tecnologia é a própria lógica do ser-subjetivo-em-sua-integralidade, $I/D/^2$.

Será precisamente a estrutura lógico-econômica da modernidade, de-terminada esta pela estrutura lógico-subjetiva, que irá fundamen-tar a estruturação sócio-econômica, e por consequência, a precisa caracterização das classes sociais em jogo.

Preliminarmente devemos distinguir os dois modos fundamentais de clivagem lógica da estrutura subjetiva. Como primeira alternati-va temos o modo diagonal, em que se contrapõem, de um lado, as ló-gicas ditas masculinas $I,D/^2$ e $I/D/^2$, de outro, as lógicas di-tas femininas $D,I/D$ e $I/D/^2$, cujo exemplo paradigmático é a pró-pria clivagem sexual. Observe-se que a clivagem lógica é, ao mes-mo tempo, uma segregação e uma articulação. Na base, temos uma

relação exclusiva porém, no topo, isto é, em $I/D/^2$ as duas vertentes vêm a coincidir. Como existem lógicas da identidade de ambos os lados, I no lado masculino e I/D no lado feminino, não se configura aqui uma real dominação. A eventual dominação do masculino sobre o feminino é um fenômeno eminentemente histórico-cultural. Diremos que se trata aí, em essência, de uma relação de complementaridade. Vide fig.

CLIVAGENS SUBJETIVAS.

FIGURA

Na segunda alternativa temos o modo longitudinal de clivagem. Neste caso, de um lado ficam apenas lógicas da identidade, I, I/D, $I/D/^2$, de outro predominam as lógicas da diferença, D, $D/^2$ e $I/D/^2$. Como na clivagem anterior, temos uma relação exclusiva na base, I, I/D de um lado e D, $D/^2$ de outro, porém uma notória coincidência no topo, isto é, em $I/D/^2$. A concentração das lógicas da identidade de um mesmo lado estabelece uma assimetria entre as partes clivadas, que bem justifica que a denominemos "relação de dominação". Obviamente do lado das lógicas da identidade fica o "dominador", do lado oposto, onde prevalece a diferença, o "dominado".

Este padrão de clivagem é que prevalece a nível sócio-econômico, vale insistir, que determina as diferentes posições de classe. As

sim, a classe sócio-econômica dominante ocuparia as posições I, I/D e $I/D/^2$ às quais estariam vinculadas as seguintes funções:

Lógica de Identidade (I) - Iniciativa - Classe dominante enquanto empresária.

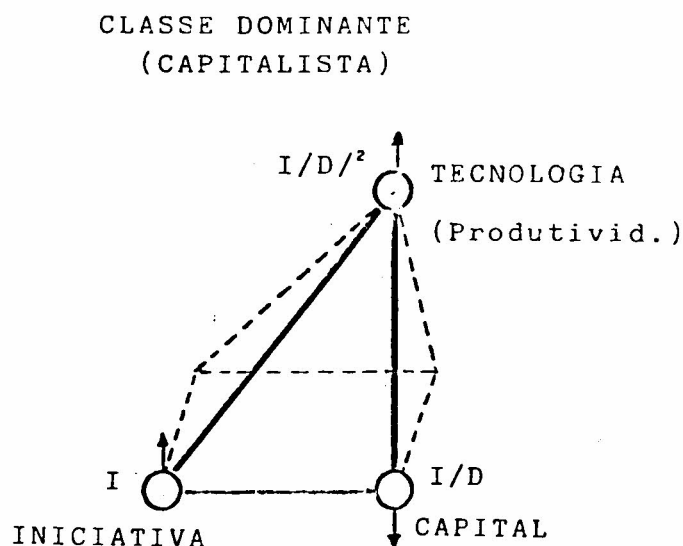
Lógica Dialética (/D) - Capital - Classe dominante enquanto acumuladora de capital

Lógica do Ser-Subjetivo ($I/D/^2$) - Tecnologia - Classe dominante enquanto promotora /orientadora do desenvolvimento tecnológico e da orientação educacional.

Note-se que aí pode ocorrer a especialização de funções, podendo existir casos de assunção de apenas um sub-conjunto das três funções acima, como por exemplo, a de um puro capitalista, que se cingiria à posição I/D. Vide figura.

Na medida em que entre as três funções exista uma que se encontre invertida ou reprimida - no caso I/D - é natural que o discurso ideológico (para nós, sempre um discurso padecente da parcialidade lógica) da classe dominante enfatize apenas as funções positivamente assumidas, no caso I e $I/D/^2$. É assim que se apresenta discursivamente a classe dominante: como empreendedora (I) e como promotora do desenvolvimento tecnológico ou da elevação dos níveis de produtividade ($I/D/^2$). O papel essencialmente capitalista é deixado, de modo geral, na sombra.

FIGURA

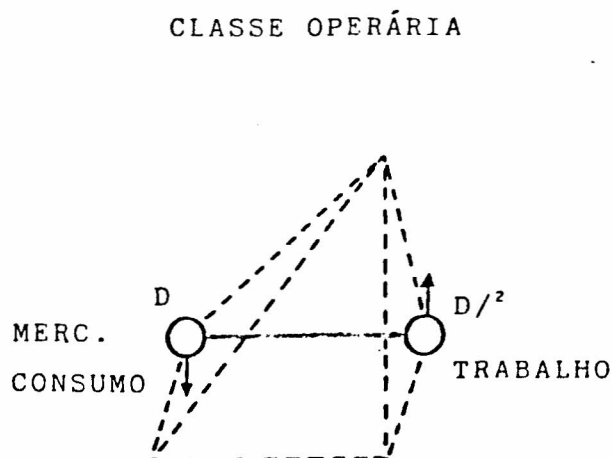
Quando a acumulação de capital prevalece sobre as outras funções, ainda que inconscientemente, caracterize-se uma verdadeira regressão que encontra um evidente paralelo com certo tipo de patologia mental. Neste último registro a regressão e fixação em I/D signi

fica precisamente a neurose histérica; haveria algo que melhor se lhe assemelhasse no registro econômico que a insaciável acumulação de capital tornada um fim exclusivo e em si mesmo?!
Já a classe operária vai encontrar sua caracterização do outro lado da clivagem longitudinal, no lado do dominado. Estas posições são D e $D/^2$, duas lógicas da diferença, dois modos de alienação econômica. A lógica positivamente assumida já o sabemos é $D/^2$, e que por tal, vem ser enfatizada no discurso ideológico proletário - ou pelos que comumente falam por ele. Temos aí o operário chapliniano de "Tempos Modernos", uma simples engrenagem num conjunto fechado de engrenagem físicas e humanas, se é possível usar na circunstância este adjetivo. É como dissemos um lugar de dupla alienação mas que se deve caracterizar de modo diferente do que usualmente se faz. A alienação não procede do fato de que o operário não percebe ou lida com o produto final de seu labor. Pelo contrário, é a clara consciência de que seu trabalho é uma parte num todo bem determinado, que faz com que ele tome como uma lei absoluta que nada deva ser criado ou alterado no processo produtivo.

A posição negativamente assumida pela classe operária é aquela marcada pela lógica da diferença (D): operário-consumidor, que melhor designaríamos por operário-consumido pelo marketing.
Vide figura.

CLASSE OPERÁRIA

FIGURA

Embora, como dissemos, a função "trabalhador" seja a que tem primazia no "discurso proletário" manifesto, cada vez mais, a nivel profundo, revela-se sua adesão também alienada ao consumismo.

Protesta-se hoje já bem menos em relação ao trabalho alienado e

bem mais contra a insuficiência dos níveis de consumo do trabalhador. Não é de admirar que tenha se esvaziado na mesma proporção o potencial revolucionário do discurso proletário como tem sido fartamente observado.

Ao contrário do que acontece com a classse dominante, que só por sua assunção lógica parcial cai num estado patológico, a classe operária, por essência, não lhe pode escapar. Caso prevaleça a lógica $D/^2$ caímos na neurose obsessiva. É o operário que se "realiza" na repetição monótona de um trabalho standartizado, e que, consequentemente, se priva de qualquer horizonte de transcendentalidade. Nem como sonho já lhe ocorre o desejo de tornar-se um "empresário" no sentido lógico da palavra. Prevalecendo D, o consumismo, o trabalhador regride ao estado maníaco depressivo; se está sem dinheiro, lhe invade a depressão, mas se o dinheiro, por pouco que seja lhe vem a mão, dele se desfaz de modo maníaco -exibicionista tomado de euforia. Pena que só no plano lógico os momentos se equivalham, e não no plano de sua duração!

Neste ponto, o leitor deveria estar perguntando como se poderia explicar a assimetria lógica do que foi até aqui exposto. Porque a classe dominada preenche de modo completo as posições da sub-estrutura dominante I, I/D e $I/D/^2$ e a classe operária, dominada, só o faz parcialmente, ocupando as posições lógicas D e $D/^2$ e não também $I/D/^2$?

Esta é uma questão crucial. Ela vem nos alertar para o fato de que as análises dicotômicas, que opõem de um lado, a classe capitalista e do outro a classe operária, não passam de uma grotesca simplificações - deturpação, melhor diríamos - que se impôs ao pensamento crítico social. Seria, então, a expressão profundamente sutil de um pensamento ideológico? A quem poderia aproveitar tal omissão? A qual das classes, à Capitalista ou à Operária? Por certo, que a nenhuma delas. Só poderia ser gerada pois, pela

classe que assim se vela, precisamente pela tão obscura "Classe Média". Não poderia haver melhor disfarce político para a classe média que a abusiva simplificação do "Manifesto" marxista. Nem melhor estratégia que convencer aos dois outros parceiros de um jogo que apenas eles, entre si, têm diferenças a ajustar.

Noutra parte deste trabalho ( ) fizemos notar que nas economias modernas, em que se dá um processo continuado de acumulação de capital, além deste e do trabalho, não pode faltar um terceiro elemento: o influxo também continuado de ganhos de produtividade. Isto posto, ter-se-á que admitir que no plano sócio-econômico, além do capitalista e do proletariado, é necessário acrescentar uma terceira classe cuja característica fundamental é precisamente proporcionar aquele influxo, bem como de conservar os níveis de produtividade já alcançados. Esta terceira classe, cujo papel se constitui em condição existencial do processo de acumulação de capital e assim, da modernidade econômica, é justamente a classe média, ou a classe dos "white collar", como a designa Write Mills. Esta sugestiva designação evidencia que o papel desta classe não é o trabalho como tal, $W \rightarrow M \rightarrow U$, mas o trabalho sobre o trabalho, $\circlearrowleft W \rightarrow M \rightarrow U$, portanto algo que se deixa governar pela lógica do ser-subjetivo $I/D/^2$. Vide fig.

Simultaneamente, a classe média insere-se na posição D, vale dizer, como consumidora. Como para as demais classes, o seu discurso ideológico enfatiza a primeira posição ($I/D/^2$) e minimiza a segunda (D), tendo-se em conta que esta é invertida ou negativamen

CLASSE MÉDIA

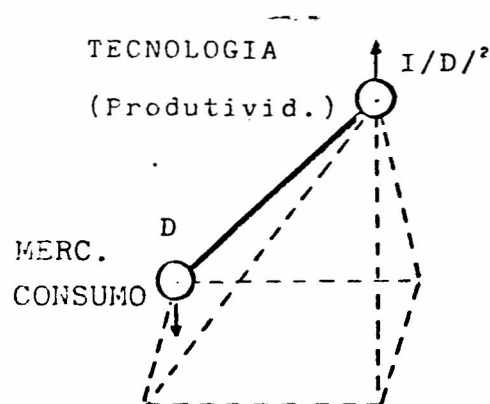



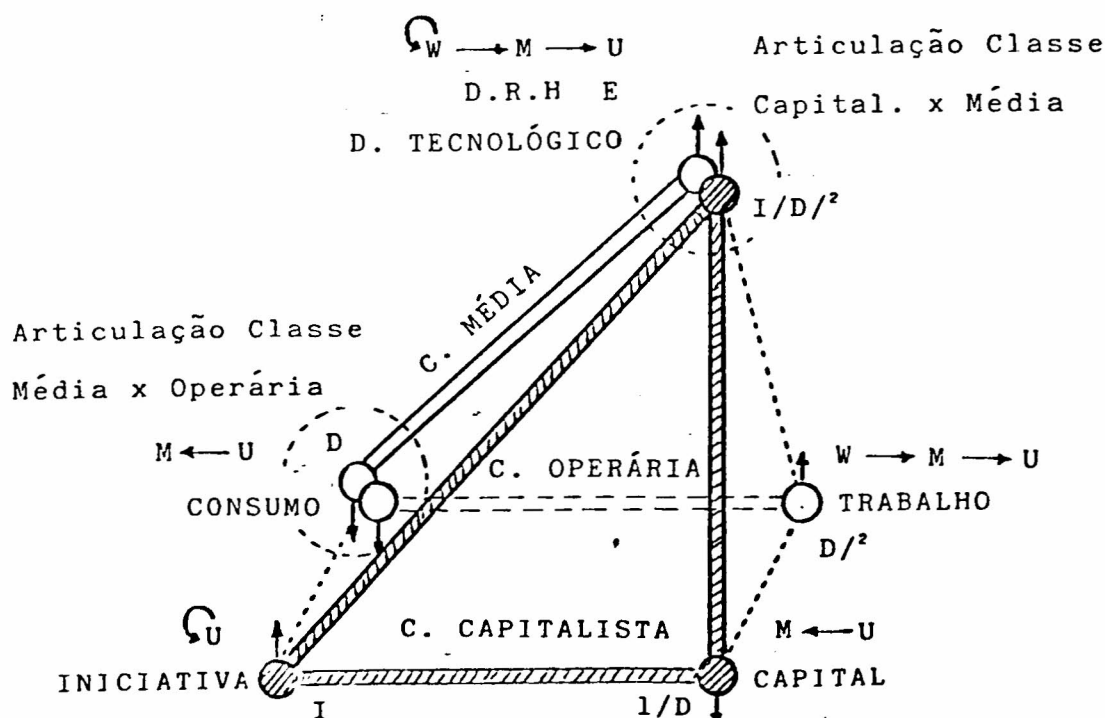
FIGURA I

te assumida, enquanto que a primeira o é positivamente.

Atente-se que esta caracterização é válida para todas as formações econômicas modernas, sejam elas capitalistas ou socialistas.

Observemos que as duas posições ocupadas pela classe média são posições já ocupadas pelas outras duas classes, o que bem açentua o seu papel articulador: em $I/D/^2$, lugar da conservação/ ampliação da produtividade a classe média se articula com a classe dominante, em D, lugar do mercado consumidor ela se articula com a classe proletária. A ocorrência simultânea de duas classes sociais no mesmo "lugar lógico" pode ter uma conotação cooperativa quando se trata de uma lógica da identidade e uma conotação conflitual quando se trata de uma lógica da diferença, isto por razões óbvias. Para compreendê-lo basta que atentemos tão apenas para o sentido das palavras identidade e diferença. Vide figura .
Com a caracterização acima proposta para a classe média dissipa-

ARTICULAÇÃO DAS CLASSES

FIGURA

se em parte a impropriedade tão difundida de conceituá-la obscuramente como uma classe de renda (vale dizer, consumo) média; com isso restabelece-se o axioma clássico que as classes sociais são determinadas, no essencial, por sua posição na estrutura produtiva. Que consequências podemos tirar de tudo isso? A nosso juízo numerosas e importantíssimas.

Em primeiro lugar, constatamos que a já enfatizada dependência das economias modernas, - em particular, naquilo que se refere ao processo de acumulação de capital - de um permanente afluxo de ganhos de produtividade possue um fundamento lógico, na co-ocupação da posição I/D/[2] pela classe dominante e pela classe média. Isto dá a esta última um notável poder de barganha no jogo da apropriação, em especial, na apropriação do suplemento de excedente gerado pelo aumento de produtividade.

Não menos importante é o fenômeno da ocupação do posição D simultameamente pela classe média e pela classe operária. Poder-se-ia argumentar que a classe dominante (ou capitalista) também aí se insere, mas nós contra-argumentaríamos que o consumo desta última é realmente elevado em termos per cápita, mas pouco significativo quando tomado globalmente.

Se considerarmos que a taxa de formação bruta de capital tem se mantido relativamente estável por séculos de vigência da formação econômica moderna somos obrigados a concluir que a problemática da distribuição de renda expressa fundamentalmente um conflito intra classes dominadas, entre a classe média e a classe proletária.

Quando passamos do contexto das economias avançadas para o contexto da dependência econômicas as coisas tomam cores acentuadamente dramática.

Nas economias avançadas a classe média exercendo sua efetiva função de preservação/ampliação dos níveis de produtividade tem condições de uma estratégia diversificada no que tange a suas aspirações de participação no consumo. Pode exercer sua pressão sobre a classe proletária, mas também exerce-la no sentido de uma apropriação mais que proporcional da mais-valia potencial que ela mesmas viabiliza. Em síntese pode pressionar sobre o presente como sobre o futuro. No caso das nações dependentes, o afluxo de produtividade é gerado e controlado do exterior, de sorte que grande parcela da classe média nacional perde sua função, seu poder de barganha, enfim, sua compostura. Nesta situação toda a pressão irá se exercer contra a classe operária, que por consequência terá que ser mantida em níveis próximos ao da subsistência,o que já não ocorre nas nações desenvolvidas. Como é possível fazê-lo? Pelo estrito controle cultural da massa operária, pela educação e pela enorme influência que exercem sobre os meios de comunicação de massa tradicionais e alternativos.

O controle destes últimos, lhe é fundamental na medida em que além de controlar o sistema ideológico oficial entopem toda e qualquer válvula de escape. Não há nada mais reacionário hoje que o denominado discurso revolucionário, que denuncia tudo para camuflar sua paranóia.

O termo paranóia aqui não poderia ter maior propriedade. A paranóia se caracteriza precisamente pela regressão e fixação em D, porém pressupondo um alto comprometimento anterior, com I/D, vale dizer, com a Cultura.

Não poderia ser de outro modo: se a característica essencial da classe média é a assunção do par $\{D, I/D/^2\}$; sendo-lhe vedado, por força da dependência econômico/tecnológica, o acesso a $I/D/^2$, não resta outra alternativa que a assunção exclusiva de D. E isto, assinala, reiteramos, a paranóia. Aqui, a paranóia consumista, acompanhada da alucinação de estar sempre sendo perseguida por fantásticas potências que a querem proletarizar. É muito lógico! A resistência da classe média à proletarização nas nações dependentes, excluidas que estão de $I/D/^2$, irá tomar um aspecto meramente quantitativo. De fato, só pelo seu volume de compras é que ela efetivamente se distingue do proletariado; sem falar, é claro, de um forte complexo de culpa por saber que muito pouco contribui para a geração da renda da qual ela se apropria em escala ponderável.

A paranóia, possibilidade única da classe média nas nações economicamente dependentes, remete diretamente à questão do fascismo.

De onde pode vir a gigantesca força do fascismo senão da classe média aterrorizada pelo espectro de sua proletarização?

É preciso rever profundamente as explicações dadas ao fenômeno fascista. Este pouco tem a ver com a classe capitalista - só, episodicamente, com este ou aquele de seus elementos - mas fundamentalmente com a síndrome de proletarização da classe média. Por certo que nossa explicação ainda é insuficiente, mas não pela adjudicação que faz, mas pela desconsideração dos aspectos propriamente culturais do fenômeno e não apenas dos econômicos. Isto pode ser parcialmente desvelado pela análise de aculturação do jovem de classe média. A aquisição da cultura acadêmico é particularmente valorizada aos olhos deste jovem de modo que assim se vai

cumprir uma das condições da paranóia, que é precisamente a pré-assução a nível objetivo, daquilo que do lado da face social do ser-subjetivo é governado pela dialética: a cultura. Recordemos que no registro do desenvolvimento psico-lógico, à mesma lógica cor-responde a fase fálica.

A força de D advem, no caso da paranoia, da repressão do conteú-do de I/D; D, excessivamente fortalecido, eclipsa I, ou melhor, o ser-projeto que lhe corresponde argumentalmente. Todo este pro-cesso é particularmente visível no caso do fascismo alemão. Repi-tamos resumidamente a sequência: consolidação do processo de acul-turação (I/D); repressão do conteudo de I/D que assim passa a ser governado por D; o conteudo de D enche a cena, bloqueia e substitui o efetivo exercício de I, isto é, o ser-projeto.

Vê-se, desta maneira, que a propensão da classe média à paranoia nas nações dependentes ou bloqueados em seu desenvolvimento, não é um mero acidente. Poder-se-ia objetar que em muitas destas na-ções é justamente na cultura que se encontra sua maior debili-dade. Concordariamos com a objeção, dizendo que é também por es-ta razão que o fascismo nas nações culturalmente mais débeis não chega jamais ao pleno acabamento. Isto não exclui, entretanto, que suas classes médias apresentem tal propensão. Ademais, é precisamente nesta classe social que se dá a maior valorização da cultura, por suposto, não da cultura em seu sentido mais am-plo e radical, mas de uma sua caricatura, a cultura acadêmica. A expressão "cultura acadêmica" tem aqui uma acepção intencional-mente pejorativa, de um saber menos operativo do que simplesmen-te distintivo.

Torna-se agora facilmente compreensivel o modo como se repro-duz o esquema de dominação cultural que tanto enfatizamos, e que constitui a raiz de todas as dominações, tanto econômicas, como políticas. É a classe média guardando quase que um monopólio do saber que, bloqueada em sua função constitutiva de preservação e ampliação dos níveis de produtividade ($I/D/^2$), vai impedir por todos os modos possiveis o acesso do povão (componês, proletaria-

do, marginais urbanos,etc.) aos esquemas interpretativos que constituem o núcleo fundamental da cultura moderna. Nesta recusa,pouco importa o matiz ideológico dos indivíduos da classe média. No Brasil, por exemplo, a imensa maioria dos educadores, poderia ser classificada como de esquerda, sem que isso se traduza numa força efetiva de democratização do ensino. Não é de admirar!

Usa-se de tudo para recusar a educação ao povão: não adianta esforçar-nos porque as crianças têm carências proteícas; não se pode ensinar porque falta giz ou porque há goteiras na sala; não se pode exigir mais dos professores porque os salários são desistimulantes; etc, etc. Está mesmo em vias de consecução o "grande projeto" de transformação das escolas públicas em restaurantes-bandejões. Até o meritório esforço do professor Paulo Freire em termos de estratégia pedagógica pode ser invocado para justificar a supressão da natural curiosidade infantil, não permitindo que no seu universo semântico-imaginário surjam foquetes e computadores, deixando-o assim restrito apenas a abóboras e xuxus. Sempre a proposta da "escola para o outro" onde jamais lhes possará pela cabeça matricular os próprios filhos.

O afluxo à uma classe média que não contribui para o desenvolvimento das forças produtivas, só pode diluir o seu poder e limitar suas possibilidades de apropriação per-capita, e uma conclusão mais que lógica, é aritmética. Ao contrário do propalado pela classe média, o "inimigo do proletariado" não é (ou não é só) o empresariado, mas ela própria que se vela nesse discurso. E nessa luta contra o proletariado, o papel de maior importância cabe à sua vanguarda, a intelectualidade dissimulada por trás de seu discuso esquerdista.

Outro ponto a ressaltar é a ogeriza da classe média a qualquer proposta de implantação de métodos de avaliação de sua produtividade, dela justamente que se define essencialmente em relação a ela, produtividade. Por outro lado, são os próprios administradores-classe-média que vivem propondo tais avaliação sobre

o proletariado, a classe que pouco têm a ver com isso.

A variança da produtividade entre operários é relativamente baixa por força mesmo do processo de divisão/sistematização do trabalho. Uma diferença de 1 para 2 seria considerada enorme. Enquanto isso, nas atividades típicas de classe média, indo do simples trabalho de datilografia à pesquisa científica as variações de produtividade individual podem ser imensas. Pense-se, por exemplo, no grau de eficiência de um professor; varianças da ordem de 10 ou 100 são perfeitamente constatáveis. Onde justamente a produtividade importa a resistência a sua conceituação e mensuração,é a mais radical. Na ótica da grande maioria da classe média, entre seus pares, a apropriação deveria se dar por cada um de acordo com suas necessidades. Os movimentos sindicais (?) de classe média traduzem este posicionamento com grande enfase e insistência. Em sintese: seu fascismo é apenas a face externa de seu comunismo interno e vice-versa.
E óbvio que há excessões, e inúmeras, mas isso não é suficiente em ciências sociais para falsificar a regra.

Quase uma anedota. Há pouco tivemos nas empresas brasileiras, inclusive nas públicas, a moda dos CCQ's (círculos de controle de qualidade) em que a tônica era a busca da melhoria da qualidade e da produtividade por sugestão e iniciativa dos próprios operários organizados (pela classe média) em tais círculos, de preferência depois do expediente. O entusiasmo foi enorme. Não era para menos ...

Vale destacar ainda a pressão, que nas nações dependentes, é exercida pela classe média sobre o aparelho estatal em termos de empreguismo. O Estado de um lado fornece serviços altamente deficientes em quantidade e qualidade ao povão, mas por outro lado, fornece "empregos" que proporcionam uma enorme massa de salários que permite à classe média comprar ao setor privado bem melhores serviços de mesma natureza. Chega-se ao cúmulo , em muitas repartições estatais e empresas públicas , de se recusar

empregos de baixa qualificação ao povão, fazendo com que , eles sejam contratados a "empresas especializadas de serviços". O que poderia ser salário indireto transforma-se em lucro destas "empresas de serviços".

Assim, vemos que a divisão dual das classes sócio-econômicas na sociedade moderna são um contra-senso, uma violência conceitual/ideológica que cria profundos entraves a compreensão da sua dinâmica sócio-econômica e mesmo global. Acrescentem-se ainda, que o dualismo não se sustenta mesmo em sociedades pré-capitalistas ou pré-socialistas. Um terceiro personagem em formas pré-capitalistas é mesmo essencial a compreensão do processo de transição, tal como vimos.

Resumindo podemos dizer que as sociedades modernas, capitalistas socialistas, ou o que mais, comportam, necessariamente, mesmo na ótica mais simples e esquemática, uma tríplice divisão sócio-econômica: Empresários, Trabalhadores e "Classe Média".

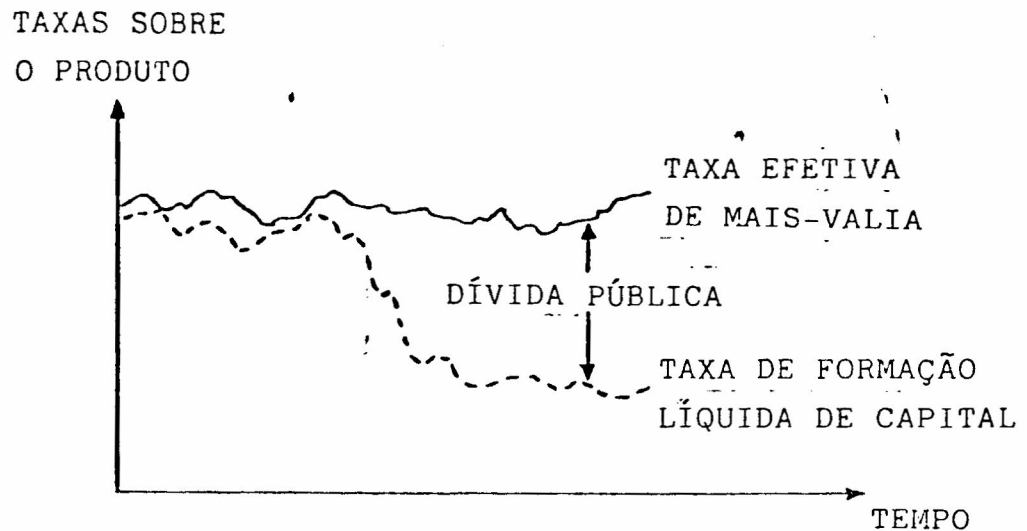
Dissemos que a problemática da distribuição de renda era fundamentalmente jogada entre a classe média e a classe trabalhadora (operários, bóias frias, etc). Mas será isso toda a verdade? Não. Entrementes, para podermos apreciar devidamente o assunto teremos que levantar uma hipótese simplificadora anteriormente estabelecida: aquela da desconsideração dos aspectos financeiros.

De fato, se não existissem operações financeiras - e por consequência, ativos financeiros - toda a mais - valia que não fosse despendida com o consumo supérfluo da classe dominante teria que se transformar em capital produtivo (equipamento, estoques,etc.) assim ampliando o estoque de capital existente. Caso, só para efeito didático, desconsiderássemos o consumo da classe dominante, teríamos a igualdade:Mais-Valia = Formação Líquida de Capital.

Acontece que havendo possibilidade de aplicação em ativos financeiros, torna-se possível transformar apenas parte da mais-valia em capital produtivo realizando a diferença em ativos financeiros.

Há duas formas de fazê-lo: em débitos do próprio consumidor (financiando o crédito ao consumo) ou na dívida pública. Apenas para tornar as coisas ainda mais didáticas vamos admitir que o crédito ao consumidor seja provido por poupança dos próprios consumidores (e em parte, pelo menos, é assim). Se isto, então teríamos que a diferença entre a mais-valia e o investimento produtivo seria igual ao acréscimo, no ano, da dívida pública. Vide figura

FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL VERSUS DÍVIDA PÚBLICA

FIGURA

Qual o significado disso? Para desvelá-lo, tomemos um exemplo bastante simples. Suponhamos que num primeiro ano tenhamos:

Produto líquido	Y	$= 100$
Consumo	C	$= 80$
Investimento líquido	ΔK	$= 20$

Se a taxa de mais-valia for de 20%, teríamos que a mais-valia M seria de $0{,}20\ Y = 20$. Neste caso, vê-se que $M = \Delta K$.

Suponhamos que no ano seguinte, os empresários por alguma razão resolvam baixar o ritmo de seus investimentos, fazendo $\Delta K' = 15$. Admitamos ainda que o produto líquido fique em $Y' = 95$. Acontece que, a pesar disso, eles conservam o seu poder de fixar a taxa de mais-valia. Admitamos que mantenham o valor anterior de 20%. Neste caso a renda para consumo seria dada por:

$$Y_c = 95 - 0{,}20 \times 95 = 95 - 19 = 76$$

Como $Y' = C' + \Delta K'$, teríamos que o valor dos bens de consumo seria $C' = 95 - 15 = 80$. Que temos então: que a renda para consumo é de apenas 76, mas que o valor dos bens de consumo é de 80, uma diferença portanto de 4. Para evitar a recessão, que restará ao governo senão subsidiar ou financiar a aquisição da dife

rença.

Para fazê-lo terá que colocar no mercado financeiro 4 em títulos públicos... que naturalmente serão adquiridos pelos empresários.

No final, a mais-valia de 19 terá sido realizada com aplicação de 15 em capital produtivo e 4 em títulos do governo. Agora pergunta-se: É o governo, emitindo os títulos, que está se apossando da poupança e assim limitando o investimento privado, ou, pelo contrário, é a diminuição dos investimentos privados que está forçando a emissão? Ademais, como pode o setor privado invocar que não tem dinheiro para investir se ele próprio está de posse de títulos com liquidez de mercado? Precisamente os 4 que lhe teriam sido subtraídos.

Mas isto teria um sério inconveniente, qual seja, de diminuir a massa de salários de um ano para o seguinte, de 80 para 76. Para evitá-lo, a solução é mais ou menos óbvia; manter a massa salarial em 80, mas multiplicar os preços da produção pelo fator $\frac{80}{76}$ = 1,0526 ou seja, aumentá-los em 5,26%.

Que teríamos então?

$$Y' = 1,0526 \times 95 = 100,0$$

$$C' = 1,0526 \times 80 = 84,2$$

$$M' = 0,20 \times 100,0 = 20,0$$

$$Y_c = 100,0 - 20,0 = 80,0$$

Verifica-se que permaneceria a renda para consumo (80,0) porém -o valor de mercado da produção aumentaria para 84,2 o que deixaria uma insuficiência não mais de 4, mas de 4,2, que seria o novo valor da emissão de títulos governamentais que viria a ser adquiri

da pelo empresariado.Como ficaria aplicada a mais-valia apropriada por este último? Assim:

$$\Delta K' = 1{,}0526 \times 15 = 15{,}8$$

e mais 4,2 em títulos, perfazendo um total de 15,8 + 4,2 = 20,0, exatamente o valor de mais-valia apropriada M'. No ano seguinte, perdurando a mesma decisão do setor privado, o governo seria obrigado a emitir além dos 4,2 mais um certo volume para fazer face aos juros da dívida do ano anterior, e assim sucessivamente.

Mas se os trabalhadores vendo os preços subirem conseguissem aumentos salariais, na mesma proporção ou até menos um pouco, que aconteceria. Pouca coisa de diferente: os empresários aumentariam um pouco mais seus preços e consequentemente o governo novos títulos, o que nos faria compreender muito facilmente como pequenas restrições nos investimentos podem provocar grandes taxas inflacionárias e grandes aumentos da dívida pública. Observe-se que a escalada de preços obriga para que seja mantido o mesmo nível de liquidez, a uma expansão dos meios de pagamento, de modo que a emissão global de títulos governamentais pode ser diminuída deste exato valor.

Qual o efeito final sobre a distribuição de renda? Em qualquer dos casos acima, seria o mesmo. Tomemos por referência o primeiro caso em que o investimento ficou em 15 e não houve aumento do nível salarial. Em princípio pareceria que os trabalhadores nada teriam perdido, pois receberiam 76 como salário e mais 4 do governo em termos de bens doados, aumento de pensões, subsídios, serviços públicos graciosos, etc. Mas não é isso. Tudo dependerá de como futuramente o governo venha ressarcir seu débito de 4. Se for através de impostos que recaiam de algum modo sobre os trabalhadores num montante I, a renda global dos trabalhadores não te

rá sido efetivamente de 76 + 4, mas de 76 + 4 - I, de modo que, a diferença I, a posteriori, ficará apropriada pelo empresariado.

É mais do que óbvio que as coisas, em realidade, são bem mais complicadas, mas nosso propósito não foi aqui expor um modelo operatório sobre o qual, por exemplo, se pudesse esboçar uma política econômico-financeira. Nosso propósito, foi tão apenas didático, no sentido de apenas começar a desmontar o sem número de sofismas que os famigerados economistas oficiais a toda hora tentam enfiar pelos ouvidos de um público, que devemos reconhecer, com bem pouca capacidade para julgá-los. Esta é a nossa tragédia de sempre.